

Reforma tributária Sob pressão

# Estados querem que unificação de impostos fique só para 2033

**Com previsão de fim de benefícios fiscais, secretários de Fazenda levam proposta ao relator da reforma na Câmara**

.....  
**IANDER PORCELLA**  
**FERNANDA TRISOTTO**  
 BRASÍLIA  
 .....

Os Estados propuseram ontem ao relator da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), que a unificação do ICMS (estadual) com o ISS (municipal) ocorra somente em 2033. Dessa forma, argumentam, a União não precisaria bancar um fundo de compensação a empresas que hoje têm incentivos fiscais. Pela proposta, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) poderia entrar em vigor em 2026, mas com uma alíquota simbólica de 1% como “teste” – e convivendo com o ICMS e o ISS até 2033.

Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier, afirmou que o valor necessário para bancar os benefícios fiscais do ICMS às empresas poderia ser maior do que os R\$ 160 bilhões calculados. No texto do relator, está previsto que a União banque os recursos necessários para

honrar os acordos até 2032. “A gente entende que dificilmente a União terá esses recursos disponíveis no Orçamento para fazer esse financiamento. Então, é uma solução (unificar o ICMS e o ISS somente em 2033)”, disse Xavier. Se o relator acatar a sugestão dos Estados, o fundo

para compensar o fim dos incentivos fiscais não seria mais necessário, pois esses benefícios seriam extintos em 2032.

“Efetivamente, até 2032 esses benefícios estão postos, a gente tem de conviver com eles. O problema é que, se aquela compensação não for suficiente, vai haver uma judicialização das empresas que têm contrato com prazo determinado contra os Estados, e nós vamos ter de arcar com isso”, disse o presidente do Comsefaz.

Nesse caso, o Comsefaz defende que os recursos sejam direcionados para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). A ideia é preparar a infraestrutura dos Estados para o fim dos incentivos.

**AO MESMO TEMPO.** Os Estados também pediram ao relator para que o início do modelo de cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo que ficará com a União, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será repartido entre Estados e municípios, ocorra ao mesmo tempo. O *Estadão/Broadcast* antecipou ontem que um grupo de parlamentares e técnicos do governo avalia a regulamentação simultânea. ●

.....  
**Lula admite que projeto não vai ser aprovado na íntegra**  
 .....

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu que a reforma tributária a ser votada no Congresso “certamente” será diferente do projeto original do governo. A Câmara deve analisar a partir da semana que vem o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), construído em conjunto com o governo.

“Certamente, não passará a MP na integralidade daquilo que o governo queria, mas certamente passará medida que vai dotar o Estado de maior proteção contra a sonegação, de maior capacidade de arrecadação e também capacidade de redução da quantidade de impostos”, disse ele, em entrevista à Rádio Gaúcha. ● EDUARDO GAYER/BRASÍLIA